

Brasmotor S.A.
**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da
Companhia**
Data-Base: 31.12.2010

(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481 de e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480)

10. Comentários dos Diretores

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida sobre Patrimônio Líquido apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem.

Não há, no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas. Portanto, a principal fonte de geração de caixa são os dividendos e/ ou juros sobre capital próprio recebidos das empresas de que participa.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando a situação financeira de caixa apresentada no encerramento do exercício de 2010, a Companhia não projeta necessidade de recurso externos no curto e médio prazos. Havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

(iii) grau de subordinação entre as dívidas; e

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A companhia não possui contratos de financiamento em aberto.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

A tabela a seguir mostra os resultados consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009.

	2010	2009	01.01.2009
		Reapresentado	Reapresentado
Participação em sociedades coligadas	<u>275.426</u>	<u>159.382</u>	<u>322.815</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(178)	(748)	(681)
Receitas financeiras	6.207	7.975	9.656
Despesas financeiras	(740)	(605)	(587)
Outras despesas, líquidas	<u>(2.775)</u>	<u>(3.367)</u>	<u>(2.566)</u>
	<u>2.514</u>	<u>3.255</u>	<u>5.822</u>
Lucro antes dos impostos e das participações	<u>277.940</u>	<u>162.637</u>	<u>328.637</u>
Imposto de renda e Contribuição social correntes (Nota 7)	(9.988)	(1.129)	(2.954)
Contribuição social diferida (Nota 7)	<u>(864)</u>	<u>(100)</u>	<u>(255)</u>
	<u>(10.852)</u>	<u>(1.229)</u>	<u>(3.209)</u>
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	<u>267.087</u>	<u>161.408</u>	<u>325.428</u>
Lucro líquido do exercício	<u>267.087</u>	<u>161.408</u>	<u>325.428</u>

A principal fonte de geração de caixa são os dividendos e/ ou juros sobre capital próprio recebidos das empresas de que participa, principalmente da Whirlpool S.A. No ano de 2010, o resultado da participação em sociedades coligadas foi de R\$ 275,4 milhões de reais versus R\$ 159,4 milhões ocorridos em 2009.

As receitas financeiras no ano de 2010 totalizaram R\$ 6,2 milhões, enquanto as despesas financeiras foram de R\$ 740 mil.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi de R\$ 277,9 milhões, representando um aumento de 70,90% quando comparado com 2009.

Como resultado do maior lucro proveniente da participação em sociedades coligadas, maiores despesas financeiras e menores despesas gerais e administrativas, o lucro do exercício em 2010 foi de R\$ 267,1 milhões, representando um crescimento de 65,47% quando comparado com 2009.

Comparação das contas patrimoniais

2010 2009 1.1.2009

	Reapresentado	Reapresentado	
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	168	388	269
Impostos a recuperar e antecipados (Nota 8)	1.062	3.341	1.558
Outros créditos (Nota 6)	-	-	4.086
Total do ativo circulante	1.230	3.729	5.913
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar e antecipados (Nota 8)	8.744	5.030	5.030
Depósitos para recursos e outros (Nota 10)	12.299	12.292	12.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	1.719	2.585	2.685
Partes relacionadas (Nota 5)	16.439	25.721	84.737
Outros créditos (Nota 6)	4.946	4.086	-
Total do realizável a longo prazo	44.147	49.714	104.736
Permanente			
Investimentos (Nota 4)	714.409	718.477	690.717
Imobilizado	-	48	93
Total do permanente	714.409	718.525	690.810
Total do ativo	759.786	771.968	801.459
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Impostos, taxas e contribuições a pagar	1.518	112	98
Dividendos a pagar	720	592	505
Partes relacionadas (Nota 5)	550	421	265
Outros débitos (Nota 9)	1.184	1.192	1.367
Total do passivo circulante	3.972	2.317	2.235
Não Circulante			
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 10)	4.605	4.605	4.605
Total do passivo não circulante	4.605	4.605	4.605
Patrimônio líquido (Nota 11)			
Capital social	577.400	577.400	577.400
Reserva de lucros	198.765	204.160	287.795
Ajuste de avaliação patrimonial	19.294	25.713	(70.576)
Ajuste acumulado de conversão	(44.250)	(42.227)	-
Total do patrimônio líquido	751.209	765.046	794.619
Total do passivo e patrimônio líquido	759.786	771.968	801.459

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

- O caixa resultante no período de exercício de 2010 foi de R\$168 mil, representando uma redução de 56,70 % versus o mesmo período do ano anterior.
- Total Ativo Circulante: O total do ativo circulante no ano de 2010 foi de R\$ 1,2 milhões, representando uma redução de R\$ 2,5 milhões em relação ao ano de 2009.
- Partes Relacionadas: As transações entre as partes relacionadas são referentes aos mútuos que foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro das controladas, conforme detalhado abaixo:

	Encargos	Ativo não Circulante		
		2010	2009	1.1.2009
Whirlpool S.A	100% CDI	16.439	25.716	66.500
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	100% CDI	-	5	18.237
Ativo não Circulante		16.439	25.721	84.737

- Total Realizável a longo prazo: O realizável a longo prazo no exercício de 2010 foi de R\$ 44,1 milhões, versus R\$ 49,7 milhões em 2009, motivado pela redução do valor dos mútuos com as partes relacionadas.
- Total do passivo circulante: O Total do passivo circulante no ano de 2010 foi de R\$ 3,9 milhões, versus R\$ 2,3 milhões no ano de 2009, representando um aumento de 59%.
- Reservas de lucro: A reserva de lucro referente ao ano de 2010 foi de R\$ 198.7 milhões, representando uma queda de 2,6% versus o ano anterior, decorrente da distribuição de lucros que ocorreu neste ano.
- Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial no ano de 2010 foi de R\$ 19,3 milhões, versus R\$ 25,7 milhões no ano de 2009, variação decorrente de menor ajuste em suas controladas.

Demonstração de Fluxo de Caixa

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(220)	119
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(220)	119
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	388	269
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	168	388

O resultado negativo do Fluxo de Caixa é derivado dos dividendos recebidos das empresas em que participa, descontando os dividendos pagos aos acionistas da Companhia em 2010.

10.2 Os Diretores devem comentar sobre:

a. resultados das nossas operações, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da holding Brasmotor S.A. estão relacionados ao resultado na Investida (Whirlpool S.A), cujo Formulário de Referência, também disponibilizado na página web da CVM, detalha os resultados de suas respectivas operações.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As alterações estão relacionadas ao resultado de equivalência reconhecido no ano de 2010.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

Não aplicável.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2010, bem como não há, no presente momento, planos para tais eventos.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4 Opinião de nossos Diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção dos pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2009

Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei no. 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09).

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs. Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2010, bem como preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009. Esta nota explica os impactos, as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva, conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O CPC 37 R exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas primeiras demonstrações financeiras e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações do CPC (aplicação de todas as normas). A Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das demonstrações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia, com base em suas operações anteriores efetuou análise de todas as isenções voluntárias permitidas e verificou que tais isenções não são aplicáveis e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R, a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 1.1.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Balanço de Abertura em 1.1.2009

	Conforme publicação 31.12.2008	Ajustes do balanço de abertura	Balanço de abertura em 1.1.2009
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	269	-	269
Impostos a recuperar e antecipados	1.558	-	1.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	1.068	(1.068)	-
Outros créditos	4.086	-	4.086
Total do ativo circulante	6.981	(1.068)	5.913
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	5.030	-	5.030
Depósitos para recursos e outros (b)	7.679	4.605	12.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	1.617	1.068	2.685
Partes relacionadas	84.737	-	84.737
Outros créditos	-	-	-
Total do realizável a longo prazo	99.063	5.673	104.736
Permanente			
Investimentos (c)/(f)	685.970	4.747	690.717
Imobilizado	93	-	93
Total do permanente	686.063	4.747	690.810
Total do ativo	792.107	9.352	801.459
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Impostos, taxas e contribuições a pagar	98	-	98
Dividendos a pagar	505	-	505
Partes relacionadas	265	-	265
Outros débitos	1.367	-	1.367
Total do passivo circulante	2.235	-	2.235
Não Circulante			
Provisão para demandas judiciais e administrativas (b)	-	4.605	4.605
Total do passivo não circulante	-	4.605	4.605

Patrimônio líquido				
Capital social		577.400	-	577.400
Reserva de lucros	(c)/(d)/(f)	264.629	23.166	287.795
Ajuste de avaliação patrimonial	(e)	(70.289)	(287)	(70.576)
Ajuste acumulado de conversão	(d)	18.132	(18.132)	-
Total do patrimônio líquido		789.872	4.747	794.619
Total do passivo e patrimônio líquido		792.107	9.352	801.459

Balanco de Abertura em 31.12.2009

		Conforme publicação 31.12.2009	Ajustes do balanço de abertura	Balanco de abertura em 31.12.2009
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		388	-	388
Impostos a recuperar e antecipados		3.341	-	3.341
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	1.068	(1.068)	-
Outros créditos		-	-	-
Total do ativo circulante		4.797	(1.068)	3.729
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar		5.030	-	5.030
Depósitos para recursos e outros	(b)	7.687	4.605	12.292
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	1.517	1.068	2.585
Partes relacionadas		25.721	-	25.721
Outros créditos		4.086	-	4.086
Total do realizável a longo prazo		44.041	5.673	49.714
Permanente				
Investimentos	(c)/(f)	717.853	624	718.477
Imobilizado		48	-	48
Total do permanente		717.901	624	718.525
Total do ativo		766.739	5.229	771.968
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Impostos, taxas e contribuições a pagar		112	-	112
Dividendos a pagar		591	-	591
Partes relacionadas		421	-	421
Outros débitos		1.193	-	1.193
Total do passivo circulante		2.317	-	2.317
Não Circulante				
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(b)	-	4.605	4.605
Total do passivo não circulante		-	4.605	4.605

Patrimônio líquido				
Capital social		577.400	-	577.400
Reserva de lucros	(c)/(d)/(f)	183.587	20.573	204.160
Ajuste de avaliação patrimonial	(e)	27.763	(2.050)	25.713
Ajuste acumulado de conversão	(d)	(24.328)	(17.899)	(42.227)
Total do patrimônio líquido		764.422	624	765.046
Total do passivo e patrimônio líquido		766.739	5.229	771.968

Seguem abaixo comentários relativos aos impactos demonstrados nos Balanços de Abertura de 01.01.2009 e 31.12.2009:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização. Para atender o disposto no CPC 32, os tributos diferidos foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante. Além destas reclassificações, o imposto de renda e contribuição social decorrente dos ajustes dos CPCs foram classificados como ativo não circulante.

(b) Depósitos judiciais: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de depósitos judiciais dados em garantia a processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos respectivos passivos. Para atender o disposto no CPC 25, a Companhia reclassificou os referidos depósitos judiciais para o ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização (nota 10).

(c) Investimentos: Refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes de adoção dos CPCs efetuados pela coligada Whirlpool S.A.

(d) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Refere-se aos efeitos reflexos nos ajustes da adoção do CPC 2 e 37 no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A..

(e) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se aos efeitos reflexos sobre os ajustes de outros resultados abrangentes contidos no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A..

(f) Baixa de deságio: Refere-se a baixa do deságio contra lucros acumulados, conforme atendimento ao CPC 15 e ICPC 09.

Reconciliação dos ajustes no patrimônio líquido e resultado do exercício

	Nota	2009	01.01.2009
Patrimônio líquido divulgado de acordo com as práticas contábeis anteriores:		764.422	789.872
Efeitos decorrentes das novas práticas:		624	4.747
Baixa de deságio	(f)	14.464	14.464
Equivalência Patrimonial	(c)/(e)/(d)	(13.840)	(9.717)
Patrimônio líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis:		765.046	794.619

	Nota	2009
Lucro líquido do exercício divulgado de acordo com as práticas contábeis anteriores:		164.049
Efeitos decorrentes das novas práticas:		(2.641)
Equivalência Patrimonial	(c)/(e)/(d)	(2.641)
Lucro líquido do exercício de acordo com as novas práticas contábeis:		161.408

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas ou ênfases nos pareceres de nossos auditores, exceto pela ênfase relativa à alteração das práticas contábeis descrita no item (b) acima.

10.5 - Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando

possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente.

Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da companhia, com suficiente grau de detalhamento. A Companhia usa o sistema SAP de informações gerenciais.

A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente de que os livros, registros e ativos da Companhia são mantidos e contabilizados. Registros contábeis da empresa, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de auditoria interna.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não há.

10.7 - Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável

10.8 – Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;
- iv. contratos de construção não terminada;
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

10.10 - Os Diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há planejamento para novos investimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva:

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".
